

A formação de gestores públicos no sistema universidade aberta do Brasil - uma década de PNAP

The formation of public managers in the open university system of Brazil - a decade of PNAP

¹ Fernando Barcellos Razuck  

² Luiz Alberto Rocha de Lira 

³ Tatiane Michelin 

⁴ Carlos Cezar Modernel Lenuzza 

RESUMO

O Programa Nacional de Administração Pública (PNAP), criado em 2009, foi uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (SisUAB), em parceria com diversas Instituições de Pesquisa e Ensino (IPES), com o objetivo de fortalecer a gestão pública no país. Este artigo discute a relevância da gestão compartilhada entre a CAPES, a UAB e as IPES, na implementação e execução do PNAP. O artigo vai apresentar, utilizando informações da própria CAPES (SisUAB), a execução do PNAP na primeira década (2009-2020) da sua criação. Neste período, um total de 66 IPES ofereceram 109.746 matrículas, distribuídas em Administração Pública (bacharelado, 36.148 vagas), Especialização em Gestão Pública (26.855 vagas), Gestão Pública Municipal (21.958 vagas) e Gestão Pública em Saúde (24.785 vagas). De acordo com os dados que apresentados neste estudo, pode-se evidenciar resultados expressivos sobre a contribuição do PNAP na formação de material humano para a área de gestão pública no país.

Palavras-chave: Programa Nacional de Administração Pública (PNAP). Sistema Universidade Aberta do Brasil (SisUAB). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ABSTRACT

The National Public Administration Program (PNAP), created in 2009, was an initiative of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), within the scope of the Open University System of Brazil (SisUAB), in partnership with several institutions of research and teaching (IRT), with the objective of strengthening public administration in the country. This paper discusses the relevance of shared management between CAPES, UAB and IRT, in the implementation and execution of the PNAP. The paper will present, using information from CAPES itself (SisUAB), the execution of the PNAP in the first decade (2009-2020) of its creation. In this period, a total of 66 IRT offered 109,746 enrollments, distributed in Public Administration (baccalaureate, 36,148 vacancies), Specialization in Public Management (26,855 vacancies), Municipal Public Management (21,958 vacancies) and Public Health Management (24,785 vacancies). According to the data presented in this study, it is possible to evidence expressive results about the contribution of the PNAP in the training of human material for the field of public management in the country.

Keywords: National Public Administration Program (PNAP). Open University System of Brazil (SisUAB). Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES).

1 Doutor em Educação pela Universidade de Brasília. Secretaria de Educação do Distrito Federal.

2 Graduado em Administração pela Associação de Ensino Unificado do DF (AEUDF), Mestre em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGC/DF) e Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba.

3 Graduada em Administração pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), Especialista em Educação a Distância pela Universidade de Brasília (UnB).

4 Graduado em Direito pela Universidade Luterana do Brasil, Mestre em Educação em Ciências Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O SisUAB

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (SisUAB) foi formalmente instituído pelo Decreto Federal nº 5.800, de 8 de junho de 2006, e tem por objetivo o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância (EaD), com sua operacionalização a cargo da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em conformidade com a Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº. 318, de 02 de abril de 2009 (BRASIL, 2021).

Dispõe ainda em seu Art. 1º do Decreto Federal nº 5.800/2006, que a finalidade primordial da UAB é “expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.” (BRASIL, 2021).

Atualmente, o SisUAB conta com 106 Instituições de Pesquisa e Ensino (IPES) de todos os estados brasileiros, sendo ofertados pelo programa 654 cursos superiores, com um total de 12.255 ofertas de cursos em mais de 700 polos municipais e estaduais (BRASIL, 2021).

Sobre a importância do SisUAB, Mendonça et al. (2020, p.165) reforçam que “(...) A UAB é, como uma instituição educativa, constituída por um sistema integrado por IPES, que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária (...)”.

Sob essa perspectiva, os autores enfatizam a potencialidade do alcance democrático ao conhecimento, o que é possibilitado pela UAB e sua atuação, por meio do compartilhamento de ações acadêmicas.

Os registros do SisUAB, desde seu início, demonstram que mais de 605 mil alunos foram cadastrados nos cursos ministrados pelas IPES, sendo que a área de formação básica e continuada de professores e gestores públicos representa o maior esforço da política, haja vista o cumprimento dos objetivos propostos no Decreto 5.800/2006 (BRASIL, 2021; MICHELON; LIRA; RAZUCK, 2016).

Nesse contexto legal, foram criadas duas diretorias na CAPES para regular o SisUAB: a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) e a Diretoria de Educação a Distância (DED) (BRASIL, 2021).

Primordialmente, cabe à DED a implementação, financiamento e acompanhamento do SisUAB, considerada por especialistas, atualmente, como a principal política pública no contexto da EaD no país (LIRA; LIMA, 2014).

E, na condição de indutora e gestora do sistema, a DED, por meio do SisUAB, tem investido prioritariamente os recursos públicos na promoção de programas de formação de gestores públicos, em parceria com as IPES nos municípios, estados e no distrito federal (BRASIL, 2021).

1.2 A importância da Gestão Pública

Pode-se afirmar que as Políticas Públicas (PP) são consideradas instrumentos de gestão em que o governo define e opera as suas ações para o cumprimento dos programas de sua administração (HÖFLING, 2001).

Neste sentido, os agentes públicos, organizações e pessoas, investidos de função administrativa concedida por atos governamentais, são os responsáveis pela condução da Gestão Pública do Estado (HÖFLING, 2001).

Sob tal condição, a ação operacional de um governo que exerce um determinado mandato vai se realizar por meio de um conjunto de programas macros, instrumentalizados no que se denomina Plano Plurianual (PPA), que por sua vez representa um modelo de gestão governamental constituído por uma sequência de ações de gerenciamento vinculadas ao orçamento. Este modelo de gestão se caracteriza como o vigente no Brasil (BRASIL, 1995).

Esse paradigma administrativo moderniza o setor público, guardando sintonia com os interesses da sociedade, uma vez que o Estado não pode ser alvo de divergências e operações mercantilistas, tendo que, constantemente, evoluir administrativamente, por meio da implantação de modelos gerenciais que possam dar sustentação às PPs (COELHO, 2019).

No caso da gestão pública gerencial, esta ascendeu na segunda metade do século XX, respondendo à diversas crises do Estado e como uma ferramenta para enfrentar crises fiscais e de custos (COELHO, 2019).

Esse modelo permite a implantação de PPs mediante a adoção de instrumentos voltados para a proteção do patrimônio público visando tornar mais eficiente os serviços prestados (COELHO, 2019).

Desta forma, ela é orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação (PEREIRA, 1998).

Este modelo procura diferenciar-se do burocrático, pelo aspecto de que se orienta fundamentalmente para o controle dos resultados. Essa forma de administração pública gerencial é descrita como sendo:

(...) A administração pública gerencial envolve, uma mudança na estratégia de gerência, mas essa nova estratégia deve ser posta em prática em uma estrutura administrativa reformada. A idéia geral é descentralizar, delegar autoridade. Mas é preciso ser mais específico, definir claramente os setores que o Estado opera, as competências e as modalidades de administração mais adequadas a cada setor (PEREIRA, 1998, p. 33).

Já de acordo com Aníbal Teixeira (1996), as tarefas de uma reengenharia de governo (a estrutura, as pessoas, a tecnologia e o ambiente) perdem na atualidade a força de verdade única - ou principal - para dar lugar a uma relação de interdependência. Assim,

O relacionamento do conjunto desses componentes passa a ser diferente da soma dos componentes de cada componente considerado isoladamente. A adequação entre essas variáveis é o principal desafio da Administração Pública. Um balanço através dos tempos mostra como cada teoria foi ampliando o domínio científico da Administração. Na atualidade, por razões jurídico-institucionais e por motivos culturais, é a administração pública que mais resiste e essa visão holística, global ou integradora (TEIXEIRA, 1996, p. 44).

Portanto, a burocracia e a expansão desmedida das funções governamentais levaram o Estado a desprezar seu objetivo primário de servir ao homem, à sociedade. Em muitos casos, essa burocracia usou o poder que lhe foi delegado pela coletividade para implementar os seus próprios interesses de classe, desprezando a visão integral do homem em favor do compartilhamento. A gestão pública, com a reengenharia, descobre que o governo não só tem cliente, mas também concorrente. Esse passa a ser o novo desafio (TEIXEIRA, 1996).

Essa nova era da Gestão Pública é descrita por Donald Schon (1983), como sendo caracterizada inicialmente por cinco estratégias básicas, a saber: a teoria da descentralização; a mobilização das energias do tecido social; a sustentação política e o papel dos projetos demonstrativos; a redundância e; a desestabilização controlada da cultura organizacional.

A criação de estruturas locais de acompanhamento e controle da gestão de recursos públicos deveria então ser estimulada para complementar e subsidiar as estruturas formais de controle interno e externo da administração pública, cuja eficácia está seriamente comprometida pelo seu natural distanciamento do local onde, realmente, as despesas são efetivadas, o que leva ao exercício de controles meramente ritualísticos (SCHON, 1983).

Em outras palavras, a revisão conceitual do aparelho tecnoburocrático brasileiro não é apenas uma tarefa técnica, é sobretudo uma tarefa politicamente direcionada e que para ter sucesso, necessita de sustentação políti-

ca e, passa a ser essencial, demonstrar que, na prática, as alternativas tecnológicas, gerenciais e organizacionais são plenamente viáveis (BITTENCOURT; MERCADO, 2014).

1.3 A Contribuição do SisUAB na formação de gestores públicos

Já outra perspectiva sobre a política pública, situada agora no campo da EaD, requer acompanhamento e monitoramento dos seus indicadores de evasão discente. Isto porque

Apesar da importância dos cursos a distância como ferramenta de desenvolvimento de competências humanas para o trabalho, existem poucas pesquisas que avaliam esses cursos e, em particular, os índices de evasão (BITTENCOURT; MERCADO, 2014, p.467).

De tal forma, ao mesmo tempo em que a sociedade necessita dos profissionais formados, também carece de ser informada dos processos de *accountability*⁵ dos investimentos governamentais em políticas sociais.

O desenvolvimento de políticas de qualificação de gestores públicos assume papel de relevância devido ao avanço da tecnologia e ainda aos novos processos de gestão advindos de reformas organizacionais e modernização do aparelho estatal.

Sob esse aspecto, torna-se fundamental ao gestor público dominar conceitualmente e tecnicamente os instrumentos de gestão que possibilitam que a população usuária dos serviços públicos alcance os benefícios advindos dos impostos que pagam.

As iniciativas de reforma do aparelho de Estado realizadas a partir de 1990, onde a União passou a exercer as funções de regulação e indução, aliadas ao processo de descentralização ocorrido a partir da Constituição Federal de 1988, fizeram com que estados e os municípios ampliassem a sua atuação assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União.

Segundo Caccia-Bava (2002), o avanço do processo de descentralização das políticas públicas, em particular as políticas sociais de educação, saúde e assistência social conferiram aos governos locais novo protagonismo no processo de desenvolvimento das cidades e do país.

Este novo cenário no campo da gestão pública, fez com que as administrações municipais, buscassem projetos de reestruturações para se adaptarem a novas técnicas gerenciais que pudessem qualifica-las para a implementação das políticas locais ou mesmo nacionais.

Veloso et al. (2011) destacam a importância da qualificação dos gestores públicos locais neste novo contexto brasileiro, bem como acrescentam que o fortalecimento da capacidade de gestão municipal é condição imperativa para que o desenvolvimento ocorra de forma menos desigual em um país tão descentralizado administrativamente como o Brasil.

Desta forma, Guedes (2007), enfatiza que o foco na qualificação dos Governos locais deve estar direcionado para que possam responder às demandas da sociedade, oferecendo serviços públicos melhores e mais efetivos, além de prepará-los institucionalmente para as mudanças de abordagem que incidem sobre o setor público, que demandam maior transparência administrativa, controle e participação social.

5 O princípio de *accountability* é, portanto, utilizado como meio não apenas de controlar a utilização dos recursos públicos, segundo critérios e processo de apresentação de contas e resultados, mas também, como maneira de estimular ganhos econômicos e eficiência com respeito aos recursos públicos investidos na política pública.

Nesse sentido, como modelo da chamada Gestão Pública do Estado, o tema a ser desenvolvido neste artigo se apoia fundamentalmente no modelo compartilhado entre a CAPES e a UAB, a fim de se estudar o PNAP na formação dos gestores do Estado.

Isto porque entende-se que os gestores do Estado serão exatamente àqueles que colocarão em prática a execução das PPs, tendo em vista que a UAB permite, devido a sua forma descentralizada, qualificar e fortalecer a gestão pública no âmbito federal, estadual e municipal (CAVALCANTE; OMENA, 2016).

É importante ainda mencionar as relações estabelecidas entre os diversos sujeitos, que passam a se articular em um processo organizacional sustentado pela tecnologia aplicada à educação, o que na visão de Hernandez (2017, p.288) é importante pelo fato de que

A educação mediada pelas novas tecnologias dos nossos dias, nos aplicativos para desenvolver educação a distância, sobretudo por intermédio da rede, pode proporcionar as mesmas condições de sala de aula, com a vantagem de que o estudante e o professor, o estudante e seus colegas, o professor e seus colegas de outras disciplinas e universidades, o estudante e outros professores de outras disciplinas e universidades podem debater suas questões, ensinamentos e aprendizagens em tempos e lugares diferentes.

Esses diversos atores passam então a construir um novo cenário no campo científico e tecnológico, partindo da premissa de que o conhecimento mediado pela tecnologia seja amplamente socializado, fazendo com que, no caso do Brasil (que possui cerca de 5.570 municípios), o investimento público em EaD se justifique em sua plenitude.

2 METODOLOGIA

Assim, este estudo vai demonstrar, por meio de dados estatísticos, atualizados da base de dados da própria CAPES, a contribuição do SisUAB na formação de gestores públicos tendo por base as carências históricas e crônicas nestas áreas essenciais ao desenvolvimento do País

O tema em estudo se estrutura por meio de estratégias que possam auxiliar à gestão pública, onde ocorre a descentralização de ações e recursos entre estruturas administrativas em níveis Federais, Estaduais e Municipais.

Portanto, será estabelecido, a partir desse conceito, as bases da investigação estrutural-histórica para analisar, a gestão integrada pelas IPES na consecução dos objetivos descritos no âmbito do decreto 5.800/2006, que estabeleceu as orientações de funcionamento da UAB.

A metodologia se intensifica na sua forma descritiva no sentido de que vai demonstrar as características da gestão compartilhada entre a CAPES e o SisUAB. Portanto, a pesquisa concentra-se num estudo de caso que aborda o modelo de gestão compartilhada, para executar uma política pública na área de formação de gestores.

3 RESULTADOS

3.1 O PNAP

O PNAP teve seu início em um cenário totalmente adverso, onde poucas IPES atuavam na modalidade EaD. O PNAP, uma iniciativa no âmbito do SisUAB realizada em parceria entre a CAPES e diversas IPES, objetivava ser uma estratégia de descentralização e fortalecimento da gestão pública (BRASIL, 2021).

O PNAP nasceu em 2009 com a oferta gratuita de curso de Bacharelado em Administração Pública e três cursos de Especialização Lato Sensu: em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde (BRASIL, 2021).

O PNAP é uma resposta à necessidade de formação de gestores públicos para todos os níveis governamentais, sejam de funcionários públicos já em atuação em órgãos públicos ou do terceiro setor, ou pessoas que tenham aspirações ao exercício da função pública (BRASIL, 2021).

A proposta visou a criação de um perfil nacional do administrador público, propiciando a formação de gestores que utilizem uma linguagem comum e que compreendam as especificidades de cada uma das esferas públicas: municipal, estadual e federal (BRASIL, 2021).

Estruturava-se de forma inovadora, descentralizando oportunidades de qualificação de gestores públicos via modalidade EaD, mantendo um padrão nacional com adoção de grade curricular e material didático produzido nacionalmente (BRASIL, 2021).

O PNAP tem então por objetivo formar profissionais com amplo conhecimento em administração pública, capazes de atuar nos âmbitos federal, estadual e municipal, administrando com competência e ética as organizações governamentais e não governamentais. O Programa pretende, especificamente (BRASIL, 2021):

- capacitar tabelas de gestores para atuar na administração de macrossistemas (governo) e microsistemas (unidades organizacionais) públicos;
- contribuir para a melhoria das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro; e
- formar tabelas de gestores públicos que desenvolvam visão estratégica dos negócios públicos a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade do governo e de suas unidades administrativas.

Os cursos foram projetados com o objetivo principal de formar e qualificar pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal (BRASIL, 2021).

O PNAP tem como área de atuação a formação, capacitação de gestores para atuarem na administração de macro (governo), micro (unidades organizacionais) e sistemas públicos (BRASIL, 2021).

3.2 Estrutura curricular e materiais de ensino

A construção do PNAP foi feita de forma coletiva e colaborativa, contando com o envolvimento de várias IES no âmbito da UAB, com a experiência dos coordenadores do Projeto Piloto, com a participação do Conselho Federal de Administração, com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e com o Ministério da Saúde através da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Esta ação visou a otimização do uso dos recursos públicos e o compartilhamento de experiências e práticas educativas em EaD e no próprio ensino de administração; e assim foi construído um projeto básico comum, a ser implementado pelas universidades integrantes do Sistema UAB. Esta forma de construção permite um maior aproveitamento das competências reconhecidas nas diferentes áreas específicas, contribuindo para a legitimidade da proposta (BRASIL, 2021).

O PNAP é composto pelo curso de Bacharelado em Administração Pública e pelos cursos de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde (BRASIL, 2021).

A estrutura curricular do curso de Bacharelado está na Tabela 1, enquanto dos cursos de Especialização em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde estão nas Tabelas 2, 3 e 4, respectivamente.

Tabela 1 - Estrutura curricular do bacharelado.

Módulo	Disciplina	Carga Horária
1	Matemática Básica	60
1	Informática para Administradores	60
1	Filosofia e Ética	60
1	Introdução à Economia	60
1	Metodologia de Estudo e Pesquisa	60
1	Psicologia Organizacional	60
1	Teorias da Administração I	60
2	Redação Oficial	60
2	Ciência Política	60
2	Contabilidade Geral	60
2	Macroeconomia	60
2	Matemática para Administradores	60
2	Teorias da Administração II	60
3	Contabilidade Pública	60
3	Economia Brasileira	60
3	Instituições de Direito Público e Privado	60
3	Sociologia Organizacional	60
3	Teorias da Administração Pública	60
4	Direito Administrativo	60
4	Estatística Aplicada à Administração	60
4	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	60
4	Teoria das Finanças Públicas	60
4	Organização, Processos e Tomada de Decisão	60
5	Gestão de Operações e Logística I	60
5	Gestão de Pessoas no Setor Público	60
5	Direito e Legislação Tributária	60
5	Direito Empresarial	60

5	Matemática Financeira e Análise de Investimento	60
5	Planejamento e Programação na Administração Pública	60
6	Administração Estratégica	60
6	Elaboração e Gestão de Projetos	60
6	Gestão de Operações e Logística II	60
6	Orçamento Público	60
6	Licitação, Contratos e Convênios	60
7	Auditoria e Controladoria	60
7	Gestão da Regulação	60
7	Negociação e Arbitragem	60
7	Tecnologia e Inovação	60
7	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	60
8	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	60
8	Políticas Públicas e Sociedade	60
8	Relações Internacionais	60
8	Gestão da Qualidade no Setor Público	60

Fonte: ?

Tabela 2 - Estrutura curricular da especialização em gestão pública.

Disciplina	Carga Horária
Plano Plurianual e Orçamento Público	45
Comportamento Organizacional	30
Cultura e Mudança Organizacional	30
Gestão Operacional	45
Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	30
Gestão Logística	30

Fonte: ?

Tabela 3 - Estrutura curricular da especialização em gestão pública municipal

Disciplina	Carga Horária
Plano Diretor e Gestão Urbana	30
Gestão Tributária	30
Redes Públicas de Cooperação Local	30
Gestão Democrática Participativa	30
Gestão Logística	30
Elaboração e Avaliação de Projetos	30
Processos Administrativos	30

Fonte:?

Tabela 4 - Estrutura curricular da especialização em gestão em saúde

Disciplina	Carga Horária
Gestão da Vigilância à Saúde	30
Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	60
Gestão Logística em Saúde	30
Organização e Funcionamento do SUS	60
Políticas de Saúde: Fundamentos e Diretrizes do SUS	30

Fonte:?

Com relação aos Materiais de Ensino, foi firmada uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a elaboração dos materiais didáticos (BRASIL, 2021).

Todos os materiais do PNAP estão disponíveis em licenças abertas na modalidade *Creative Commons CC BY-NC-SA*. Esta licença permite que outros editem, adaptem e criem a partir do trabalho inicial, para fins não comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos (BRASIL, 2021).

Todos os materiais são disponibilizados às Instituições por duas formas: em um repositório virtual criado na plataforma *Moodle* e em um *CD-ROM* orientativo de cada disciplina que é enviado a cada Instituição. O endereço do repositório é <http://capes.pnap.ufsc.br/moodle/> (BRASIL, 2021).

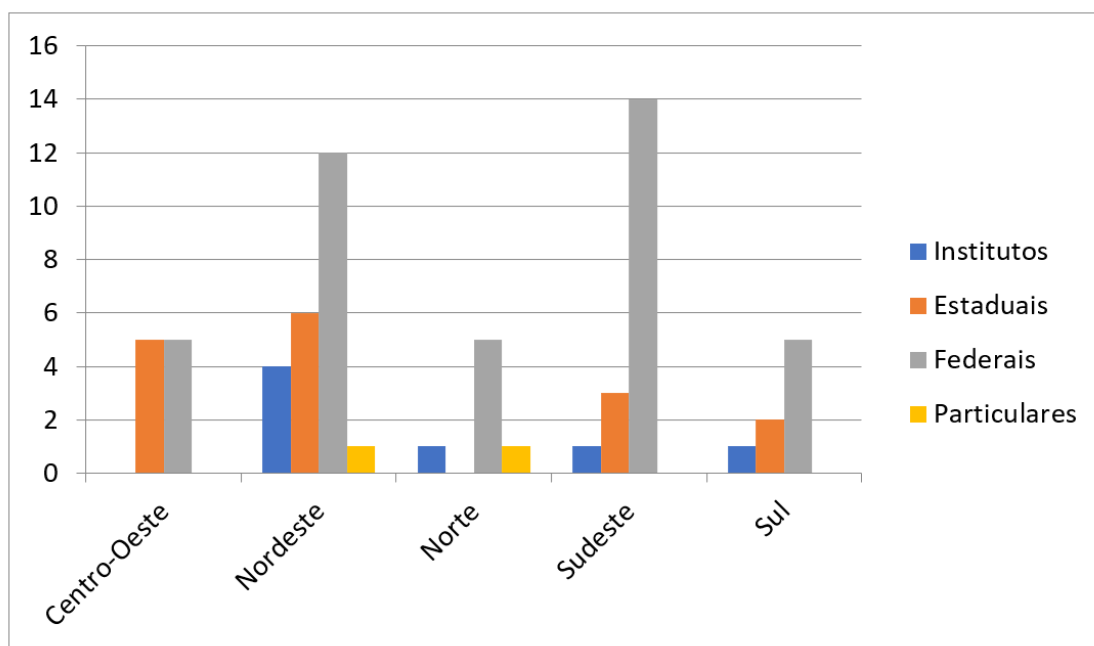
3.3 A Formação dos gestores públicos e as IES participantes

Serão apresentados agora dados relevantes para demonstrar a contribuição evolutiva do SisUAB nas áreas de formação básica e continuada de gestores públicos (PNAP).

Foram realizadas 2 Edições, contando de forma geral com as seguintes 66 IES, distribuídas da seguinte forma:

- 7 Institutos Federais – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Alagoas – IFAL; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Amazonas – IFAM; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Espírito Santo – IFES; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Paraíba – IFPB; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Pernambuco – IFPE; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Rio Grande do Norte – IFRN; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Santa Catarina – IFSC;
- 16 Universidades Estaduais – Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG; Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT; Universidade Estadual Paulista – UNESP; Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Universidade Estadual de Goiás – UEG; Universidade Estadual de Londrina – UEL; Universidade Estadual de Maringá – UEM; Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Universidade Estadual do Ceará – UECE; Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO; Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS; Universidade Estadual do Piauí – UESPI;
- 41 Universidades Federais – Universidade de Brasília – UnB; Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB; Universidade Federal Fluminense – UFF; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL; Universidade Federal de Goiás – UFG; Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ; Universidade Federal de Viçosa – UFV; Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF; Universidade Federal de Lavras – UFLA; Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP; Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ; Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; Universidade Federal de Sergipe – UFS; Universidade Federal de Uberlândia – UFU; Universidade Federal do Amapá – UNIFAP; Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Universidade Federal do Ceará – UFC; Universidade Federal do Grande Dourados – UFGD; Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS; Universidade Federal do Pará – UFPA; Universidade Federal do Paraná – UFPR; Universidade Federal do Piauí – UFPI; Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Universidade Federal do Sergipe – UFS; Universidade Federal do Tocantins – UFT; Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR); e
- 2 Universidades Particulares – Universidade de Pernambuco – UPE; Universidade do Tocantins – UNITINS.

A Figura 1 apresenta o número de instituições públicas, por região e categoria da instituição, que iniciaram os cursos PNAP. Atualmente, 66 IPES são responsáveis pela implementação do programa (BRASIL, 2021).

Figura 1 - Região x Categoria da Instituição PNAP.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do SisUAB 2021.

Já a Tabela 5 demonstra as diferentes modalidades de formação, bem como o nível de atendimento da demanda no campo da gestão pública, uma das metas e objetivos do SisUAB. O sistema registra um número total de matrículas ao nível de 109.746 ocorrências registradas no programa, assim distribuídas, Administração Pública (bacharelado) 36.148 (32,93%); especialização em Gestão Pública 26.855 (24,47%); Gestão Pública Municipal 21.958 (20,008%) e, Gestão Pública em Saúde 24.785 (22,58%).

Tabela 5 - Formação de gestores públicos pelo PNAP.

Curso	Matrículas Cadastradas	Alunos Ativos	Alunos Formados	Alunos em Fase de Conclusão
Administração Pública	36.148	14.500	5.709	3.003
Gestão Pública	26.855	1.077	10.503	6.595
Gestão Pública Municipal	21.958	932	7.689	5.547
Gestão Pública em Saúde	24.785	1.305	10.259	4.518
Totais	109.746	17.814	34.160	19.663

Fonte:??

Considerando análise de efetividade, no caso do bacharelado em Administração Pública, a formação atinge 8.712 alunos (24,10%) e ainda, temos um total de 14.500 alunos em atividades nos cursos.

A capacitação de profissionais nos cursos de especialização apresenta uma efetividade em cada uma das áreas com as seguintes proporções de atendimento, em Gestão Pública, 17.098 (63,66%); Gestão Pública Municipal 13.236 (60,28%), Gestão em Saúde 14.777 (59,62%).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre a gestão compartilhada estabelecida no âmbito do SisUAB acontece de fato, sob a forma de indução delegada no âmbito do setor de gestão pública bem como, reforça as relações estabelecidas nos processos usados para o financiamento e aferição de qualidade que permitem o desenvolvimento de um sistema de accountability junto aos interlocutores.

A UAB se responsabiliza pelo estabelecimento institucional e desenvolvimento da modalidade EaD no Ensino Superior Público, atuando de forma indutora por meio de gestão compartilhada com as instituições vinculadas ao MEC, órgãos estaduais e municipais de forma a garantir a expansão e interiorização do ensino superior no País.

Entretanto, faz-se necessário esclarecer que os programas de formação básica e continuada de recursos humanos em gestão pública, dependem da permanência e da continuidade do fluxo de financiamento e ainda, do mandato de quem governa. Em uma democracia representativa na maioria das vezes a descontinuidade desses programas sociais acaba por impedir a concretização de uma política efetiva.

A gestão compartilhada assim entendida sob a forma de indução delegada visa o comprometimento de todos os agentes envolvidos com o propósito de manter os processos administrativos em sintonia com o alcance dos resultados da PP.

De acordo com os dados que apresentados neste estudo, pode-se evidenciar alguns resultados expressivos sobre a contribuição do SisUAB, na formação de material humano para a área de gestão pública no país, devendo-se considerar que o princípio de interiorização prescrito entre os objetivos do sistema permite que esses resultados sejam representativos principalmente aos municípios onde se evidenciam as maiores carências.

Este cenário de mudanças e de novas alternativas gerenciais implicam no surgimento de modernas técnicas e processos, capazes de promover alterações significativas, que possibilitem o alcance de novas rotinas administrativas eficazes, visando avançar no controle e acompanhamento das PPs.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, I. M., MERCADO, L. P. L. Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do curso piloto de administração da UFAL/UAB. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 465-504, abr./jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Administração Federal. **Plano diretor da reforma do aparelho do estado**,1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto no 5.800/2006, que dispõe sobre o sistema universidade aberta do Brasil**. 2006.

BRASIL. CAPES. UAB – **Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/uab>>. Acesso em: 31 mar 2021.

CACCIA-BAVA, A, SATO, C. A. Da paraolimpíada à olimpíada lúdica: redefinindo parâmetros culturais. **Motriz, Rio Claro**, v.12, n.1, p. 89-96, jan. /abr. 2002.

COELHO, F. DE S. **História do Ensino de Administração Pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e emergência do campo de públicas**. Brasília: Escola de Administração Pública (ENAP), 2019.

GUEDES, J. R. de M. **Comentários à lei de responsabilidade fiscal**. Rio de Janeiro: IBAM, 140p. 2007.

HÖFLING, E. DE M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, 2001.

HERNANDES, P. R. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do ensino superior público. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 283-307, abr./jun. 2017. DOI: 10.1590/S0104-40362017002500777.

LIRA, L. A. R.; LIMA, B. F. Z. Desafios da gestão de políticas públicas educacionais para formação de professores no âmbito do sistema universidade aberta do Brasil. **Revista de Educação a Distância**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 137-151, 2014.

MENDONÇA, J. R. C., FERNANDES, D. C., HELAL, D. H., CASSUNDÉ, F. R. Políticas públicas para o ensino superior a distância: um exame do papel da Universidade Aberta do Brasil. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.106, p. 156-177, jan./mar. 2020. DOI: 10.1590/s0104-40362019002801899

MICHELON, T., LIRA, L. A. R., RAZUCK, F. B. O sistema universidade aberta do brasil: um estudo preliminar sobre a identificação dos fatores críticos da gestão integrada. **Emrede**, v. 3, n. 2, p. 213-226, 2016.

OMENA, A. C. C., CAVALCANTE, M. C. G. **Programa nacional de formação em administração pública (PNAP) na Universidade Federal de Alagoas (UFAL): inovação e evasão**. in: V simpósio internacional de gestão de projetos, inovação e sustentabilidade, 2016, São Paulo. V simpósio internacional de gestão de projetos, inovação e sustentabilidade, 2016.

PEREIRA, L.C.B. **Reforma do estado e administração pública**. Rio de Janeiro: ed. FGV,1998.

TEIXEIRA, A. **Reengenharia no governo**. São Paulo: Makron Books,1996.

SCHON, D. **Formar professores como profissionais reflexivos**. in: Nóvoa, A. (org). Os professores e sua formação. Lisboa, Dom Quixote, 1983.

VELOSO, E. F. R., DUTRA, J. S, FISCHER, A. L., PIMENTEL, J. E. A., SILVA, R. C., AMORIM, W. A. C. Relações entre adoção de práticas de gestão de carreira e percepção sobre crescimento profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional- ABOP**, v. 12, n. 1, 2011.